



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

08/06/2022



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Em semana de divulgação de IPCA e INPC, previsão do 'mercado' é de que a inflação continuará

Na próxima quinta-feira (9), o IBGE divulga os resultados do IPCA e do INPC para o mês de maio. E a taxa acumulada se manterá em dois dígitos pelo nono mês seguido – desde setembro o IPCA fica acima dos 10%, chegando a 12,13% na divulgação mais recente, no maior índice em quase duas décadas. Estimativas apontam certa redução do ritmo nos próximos meses, sem que isso represente um alívio efetivo para quem for à feira ou ao supermercado.

De acordo com o mais recente relatório Focus, do Banco Central (BC), a mediana das expectativas dos analistas do mercado financeiro é 8,89% para o final deste ano. Menos do que o índice atual, mas um ponto percentual acima de um mês atrás. E muito além da “meta” da inflação, de 3,50%, com margem de 1,5 ponto.

Os alimentos voltaram a pressionar a inflação. Apenas de janeiro a abril, o grupo que reúne produtos alimentícios e bebidas no IPCA soma 7,05%, o equivalente a quase todo o resultado de 2021 (7,94%). Esse grupo representa 21% do total.

Mas não são apenas os alimentos. O chamado índice de difusão vem crescendo – ou seja, mais itens pesquisados aumentam de preço. Em abril, foram 78%, ante 66% em igual período de 2021.

Saiba mais em: CNTI, quarta-feira 08 de junho.

Adiada votação de projeto que restringe convocação de aposentados por invalidez

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) adiou a votação de um projeto que impede a convocação, a qualquer momento, do aposentado por invalidez pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para verificar a permanência das condições que provocaram a aposentadoria. A matéria (PLS 186/2017) constava da pauta da comissão desta terça-feira (7) e foi lida pelo relator, senador Otto Alencar (PSD-BA). A discussão e a votação do texto foram adiadas para a próxima semana por falta de quórum.

A proposição altera a seção sobre aposentadoria por invalidez na Lei de Benefícios da Previdência Social (Lei 8.213, de 1991). Inicialmente o projeto revogava a convocação a qualquer momento do aposentado por invalidez para avaliação das condições que ensejaram o afastamento ou a aposentadoria, concedida judicial ou administrativamente. Na legislação atual, os aposentados por invalidez podem ser convocados para essas avaliações a qualquer momento. Somente a partir dos 60 anos de idade eles deixam de estar sujeitos a esse procedimento.

Otto Alencar apresentou emenda para manter a possibilidade de convocação, mas com a ressalva de que caberá ao INSS viabilizar a avaliação das condições, sem quaisquer ônus ao segurado, quando houver pedido justificando a impossibilidade de comparecimento às agências de atendimento.

Saiba mais em: CNTI, quarta-feira 08 de junho.

Estudo mostra que 33% dos trabalhadores não sabem como utilizar o FGTS

Um levantamento feito pela Serasa e pelo Banco Pan mostrou que, apesar de 92% dos trabalhadores afirmarem conhecer o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), 33% ainda não sabem em que condições podem utilizar o próprio dinheiro. Entre as possibilidades menos conhecidas pelos entrevistados estão “para fazer empréstimos” (64%) e “sacar o saldo após 70 anos de idade” (58%). Foram entrevistados 2.132 trabalhadores com registro em carteira no regime CLT, entre 12 e 22 de abril.

Segundo a pesquisa, divulgada hoje (7) na capital paulista, quatro em cada dez entrevistados (38%) admitem não saber qual o valor do seu saldo do FGTS, sendo que 16% nem sabem que é possível consultar o saldo junto à Caixa Econômica Federal. Entre os consultados, 40% têm até R\$ 1.000 de saldo e 51% até R\$ 2.500.

Entre aqueles que gostariam de usar o FGTS para realizar sonhos, 45% pensam em utilizar o saldo para adquirir um imóvel, 33% projetam usar os recursos para montar o próprio negócio, 17% para pagar todas as dívidas e outros 10% afirmaram que pretendem usar o resgate para limpar o nome. Os juros baixos são o principal atrativo para solicitar empréstimo com garantia do FGTS.

“Os jovens trabalhadores não tem conhecimento pleno sobre o FGTS então é importante termos o cuidado de dar educação financeira para quem está entrando no mercado de trabalho”, completou Shapers responsável pelo Instituto Opinion Box.

Saiba mais em: CNTI, quarta-feira 08 de junho.

Bolsonaro diz que, 'ao que tudo indica', servidores não terão reajuste neste ano

A declaração ocorre após idas e vindas em estudos para aumentar o salário de todos os servidores —reajuste inicialmente prometido apenas algumas categorias policiais, mais próximas ao presidente, neste ano em que busca se reeleger.

"Lamento, [mas] pelo o que tudo indica, não será possível dar nenhum reajuste para o servidor no corrente ano", disse Bolsonaro em entrevista ao SBT.

Na semana passada, o governo federal bloqueou a execução de R\$ 8,7 bilhões do Orçamento de 2022 para não descumprir o teto de gastos, que impede o crescimento das despesas federais acima da inflação.

A medida inclui a verba de R\$ 1,7 bilhão originalmente destinada a reajuste de servidores —reforçando a dificuldade de conceder aumentos ao funcionalismo diante das limitações fiscais.

O presidente queria agradar carreiras policiais e, inicialmente, o reajuste previsto contemplaria apenas Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Depen.

"Eu apelo aos servidores, reconheço o trabalho de vocês, mas a greve não vai ser solução, porque não tem dinheiro no Orçamento. Eu sou o primeiro presidente a ter teto no Orçamento. Outros não tinham, poderiam reajustar, eu não posso", afirmou.

Bolsonaro vinha sendo aconselhado a não privilegiar carreiras em ano eleitoral, sob o risco de enfurecer as demais.

O clima de insatisfação levou os servidores públicos a se mobilizarem. Em greve desde o dia 3 de maio, após trégua de duas semanas do movimento iniciado em abril, os funcionários do Banco Central decidiram nesta terça manter a paralisação por tempo indeterminado.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 08 de junho.

Projeto que pode reduzir conta de luz em 5% vai a sanção

A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (7) projeto que prevê a devolução aos consumidores de créditos tributários recolhidos a mais das distribuidoras de energia elétrica. Segundo estimativas, a medida poderia reduzir a conta de luz em 5% ainda neste ano.

O texto foi aprovado por 303 votos a favor e nenhum contrário. A relatora, Joice Hasselmann (PSDB-SP), não fez alterações em relação à proposta do Senado. Por isso, o projeto segue para sanção do presidente Jair Bolsonaro.

Cálculos apontam que cerca de R\$ 60 bilhões poderão ser repassados para a amortização das tarifas de energia elétrica, recursos que vinham sendo disputados pelas empresas de distribuição, como a Folha mostrou.

O projeto, de autoria do senador Fabio Garcia (União Brasil-MT), faz parte da ofensiva do governo e do Congresso Nacional para reduzir o impacto dos reajustes na conta de luz e os preços de combustíveis.

No Senado, o relator, Eduardo Braga (MDB-AM), defendeu que o projeto buscava eliminar a incerteza sobre quem seriam os reais beneficiários dos créditos, se seriam as distribuidoras ou os consumidores.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 08 de junho.

Economia busca conter fatura com subsídios para combustíveis

Após ceder e abrir os cofres federais para subsidiar o preço dos combustíveis em ano eleitoral, o Ministério da Economia monitora com atenção os próximos passos do Congresso Nacional na discussão das propostas para evitar que a fatura fique ainda maior.

As medidas acertadas até agora têm um impacto total de R\$ 42,5 bilhões até o fim do ano, segundo fontes do governo ouvidas pela Folha. O valor inclui o corte de tributos federais sobre gasolina e etanol e um repasse de R\$ 25,7 bilhões a estados e municípios para compensar a redução a zero do ICMS sobre diesel e gás de cozinha.

Nos bastidores, porém, técnicos mostram cautela diante da perspectiva de o valor crescer caso governadores pressionem por uma indenização maior. O Executivo federal desde já atua para evitar que isso aconteça.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 08 de junho.